



Número do Processo: 215/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

VETO INTEGRAL. AUTÓGRAFO DE LEI QUE INSTITUI
A POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NO
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS. VOTO FAVORÁVEL.

PARECER

1 – RELATÓRIO

Trata-se de veto integral do Prefeito ao Autógrafo de Lei nº 85/22 que
“QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO
DE ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza¹, “consiste nas regras
procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies
normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’
envolvidos no processo”. O eminente doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam:
iniciativa, constitutiva e complementar.

Em relação à primeira delas, é importante dizer que existe em nosso
ordenamento jurídico algumas hipóteses de deflagração do procedimento, como a
geral, a concorrente, a privativa, a popular, a conjunta, a do artigo 67 da Constituição
Federal e a parlamentar ou a extraparlamentar.

O que nos importa nesta análise é a privativa, afinal algumas leis só
podem ter o seu processo iniciado por determinada pessoa ou órgão que não seja

¹ Direito Constitucional Esquematizado, 25ª edição, 2021, página 909.
Palácio de Santana,
Av. Jamel Cecilio, Q 50, L 14
Bairro Jundiá, Anápolis-go
CEP: 75110-330
anapolis.go.leg.br



um parlamentar (a exemplo dos Chefes do Executivo). E é justamente o caso do autógrafo de lei aqui discutido.

Ao lermos a propositura, percebemos que o seu texto pretende instituir uma política de esporte e lazer no âmbito do Município de Anápolis. Com isto, cria novas atribuições a órgãos do Poder Executivo local, cujo cumprimento se dará por meio de seus servidores.

Acontece que a Constituição do Estado de Goiás determina, em seu artigo 77, inciso V, que é de competência privativa do Prefeito dispor sobre a estruturação, atribuição e funcionamento dos órgãos da administração municipal.

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de Anápolis determina que compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre organização administrativa, serviços e pessoal da administração e a estruturação e atribuições dos seus órgãos e entidades (artigo 54, incisos IV e V).

Em relação à jurisprudência pátria, é importante trazer a esse estudo um julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal que mostra qual a sua posição pacífica a respeito de leis de iniciativa parlamentar que instituem obrigações aos órgãos e entidades da Administração Pública municipal. A ementa da decisão, bastante elucidativa diga-se de passagem, segue abaixo:

É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação (STF, ADI nº 3.254-ES, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, 16-11-2005, v.u., DJ 02-12-2005, p. 02) (grifou-se)

Sendo assim, caso o assunto fosse regulado em ato normativo iniciado pela Câmara dos Vereadores, incorreria na chamada inconstitucionalidade formal



subjetiva. Afinal, como exposto, a competência para deflagrar o processo legislativo versando sobre a matéria é do Chefe do Poder Executivo.

3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que no veto total ao Autógrafo de Lei aqui discutido foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Goiás e da Lei Orgânica do Município de Anápolis, além da jurisprudência pátria, opina-se **FAVORAVELMENTE** a ele.

Ademais, sugere-se que a matéria do autógrafo seja remetida ao Poder Executivo sob a forma de **INDICAÇÃO**.

É o parecer.

Anápolis, 06 de Dezembro de 2022.


JAKSON CHARLES
Vereador


Frederico Moreira Caixeta
Vereador(a) Relator(a)

Frederico Moreira Caixeta
VEREADOR


Domingos Paula de Souza
Vereador PV


Cleide M. Hilário de Barros
VEREADORA



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 215/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

VETO INTEGRAL. AUTÓGRAFO DE LEI QUE INSTITUI
A POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NO
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS. VOTO FAVORÁVEL.

PARECER

1 – RELATÓRIO

Trata-se de veto integral do Prefeito ao Autógrafo de Lei nº 85/22 que “QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza¹, “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’ envolvidos no processo”. O eminente doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

Em relação à primeira delas, é importante dizer que existe em nosso ordenamento jurídico algumas hipóteses de deflagração do procedimento, como a geral, a concorrente, a privativa, a popular, a conjunta, a do artigo 67 da Constituição Federal e a parlamentar ou a extraparlamentar.

O que nos importa nesta análise é a privativa, afinal algumas leis só podem ter o seu processo iniciado por determinada pessoa ou órgão que não seja